

| | |
|-----------------|--|
| A. I. | - 124274.0141/08-6 |
| AUTUADO | - JQC VIDROS LTDA. |
| AUTUANTE | - VICENTE AUGUSTO FONTES SANTOS |
| ORIGEM | - INFAZ FEIRA DE SANTANA |
| INTERNET | - 27.11.2009 |

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0381-02/09

EMENTA: ICMS. 1. PROGRAMA DESENVOLVE. RECOLHIMENTO A MENOS. ERRO NA DETERMINAÇÃO DO VALOR DA PARCELA SUJEITA A DILAÇÃO DE PRAZO. Infração parcialmente reconhecida pelo autuado. Comprovado o erro do autuante na apuração do imposto devido pelo autuado, que resultou na redução da exigência. Infração parcialmente caracterizada. 2. ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. LANÇAMENTO DO IMPOSTO. O imposto lançado em função da omissão de entradas não é exigido em virtude desse fato em si, mas sim tendo em vista a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias, haja vista que a existência de entradas de mercadorias não contabilizadas denuncia a falta de contabilização de receitas, ficando evidente que a empresa efetuou pagamentos com recursos não declarados ao fisco, e esses recursos, até prova em contrário, presumem-se decorrentes de operações (vendas) anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 26/06/2009, para cobrar ICMS, no valor de R\$55.590,74, em razão das seguintes irregularidades:

1. recolhimento a menos o ICMS, no valor de R\$26.785,08, por erro na determinação do valor da parcela sujeita à dilação de prazo prevista pelo Programa - DESENVOLVE, nos meses de novembro e dezembro de 2004. Multa de 60%;
2. omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não registrada, conforme demonstrativo de notas fiscais não lançadas. ICMS no valor de R\$ 28.805,66. Multa de 70%;

O autuado, às fls. 59 a 64 dos autos, apresenta a defesa, alinhando os elementos constitutivos do fato gerador (temporal, espacial, material e pessoal).

Afirma que reconhece a legitimidade do Auto de Infração relativo à infração 01, no total de R\$17.785,08 e infração 02, em sua totalidade. Requer a emissão de certificado de crédito Fiscal para quitação dos aludidos valores.

Assim, impugna parcialmente a infração 01, pois entende que se enganou o autuante quando ao invés de ser indicar o valor como devido R\$8.977,38 na ocorrência de 31/12/2007, incidiu o valor de R\$ 17.977,10, conforme quadro que reproduz em seguida, demonstrando que o autuante manteve

incorretamente como devido o valor de R\$17.977,10, para dezembro, mas, na verdade, foi este valor apurado na planilha de novembro.

O autuante, à fls. 68 dos autos, reconhece o engano, acima aludido pelo autuado, concluído que o valor devido para o mês de dezembro de 2007 é de R\$5.965,39, resultante da diferença entre o valor devido e o efetivamente recolhido.

VOTO

O presente lançamento de ofício traz a exigência de suas infrações, já relatadas e resumidamente reproduzidas: 1. recolhimento a menos o ICMS por erro na determinação do valor da parcela sujeita à dilação de prazo prevista pelo Programa – DESENVOLVE; 2 - omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não registrada.

O autuado, preliminarmente, reconhece a legitimidade do Auto de Infração, em sua integridade, quanto à infração 02, e parte da infração 01 (no valor de R\$17.785,08) e requer a emissão de certificado de crédito Fiscal para quitação dos aludidos valores.

Verifico que cabe razão ao autuado, conforme reconhece o autuante, pois em sua planilha original, à fl. 06 dos autos, o autuante, ao efetuar a planilha do mês de dezembro, manteve o valor relativa à linha onde consta “DEBITOS não incentivado(B)” e coluna de “DEVIDO” o valor de R\$17.977,10, quando deveria ser R\$8.977,38.

Assim, apontado o engano, prontamente reconhecido pelo autuante, o mesmo, acertadamente, refez os cálculos, à fl. 68, e concluiu que o valor devido para o mês de dezembro de 2007 é de R\$5.965,39, que resultou do total devido de R\$17.456,69 e o efetivamente recolhido de R\$11.456,69.

Isso posto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do auto de infração, com a correção do valor exigido na infração 01, no mês de dezembro de 2007, para R\$5.965,39, mantendo os demais valores conforme exigidos originalmente.

Quanto ao à concessão do certificado de crédito o autuado deve se dirigir ao órgão competente dessa SEFAZ, para a análise e decisão quanto ao seu pleito.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 124274.0141/08-6, lavrado contra **JQC VIDROS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$34.771,05**, acrescido das multas de 60% sobre R\$5.965,39 e de 70% sobre R\$28.805,66, previstas no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de novembro de 2009

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

ÂNGELO MARIO DE ARAUJO PITOMBO - RELATOR

FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA – JULGADOR